



Um museu de território para Bento Rodrigues

A territory museum for Bento Rodrigues¹

Samantha de Oliveira Nery, Claudia Nunes de Lima e Andrade & Leonardo Barci Castriota*

Resumo

O rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, devastou o subdistrito de Bento Rodrigues. Com mais de 80% das edificações destruídas, o vilarejo foi esvaziado e sua população realocada temporariamente na sede do município, de forma dispersa, comprometendo seus vínculos de vizinhança, identidade social e referências culturais. Logo após o desastre, o território foi cercado, seu acesso controlado e a empresa mineradora construiu, de forma autocrática, um dique, inundando parte das propriedades privadas, apesar de protestos da população. A partir de um trabalho realizado com a população atingida percebe-se, contrariamente ao que a empresa responsável e outros atores lhe impuseram, que ela deseja retomar o uso pleno do seu território, dentro dos limites da legislação vigente, implementando ali um Museu do Território, que tem potencial para tornar-se um “sítio de consciência”. Com este intuito, o presente trabalho discute o conceito de Museu de Território, que acompanha as profundas mudanças ocorridas no campo das ciências sociais e a ampliação do conceito de patrimônio. Um Museu de Território almeja, primordialmente, o desenvolvimento dos moradores e a preservação de seus bens culturais, materiais ou imateriais, promovendo o envolvimento contínuo da comunidade, sob o viés da valorização patrimonial, cultural e identitária. A proposta dos próprios moradores transformarem o território de Bento Rodrigues em um museu que dê visibilidade às formas de funcionamento e aos impactos da mineração brasileira é tanto uma maneira de resistência na luta pelos seus direitos, como de auxílio no processo de recuperação da comunidade após o desastre.

Palavras-chave: Bento Rodrigues; mineração; museu de território; sítio de consciência; resistência.

Abstract

The breaking of the Fundão dam in Mariana, Minas Gerais, devastated the subdistrict of Bento Rodrigues. As over 80% of the constructions were destroyed, the 300-year village was evacuated and its population was scattered at their temporary reallocation in the municipality seat, compromising their neighborhood ties, social identity and cultural references. Right after the disaster, the territory was fenced, its access was controlled and the mining company autocratically built new dikes, causing the flooding of private properties, despite protests by the community. It can be noticed from the work undertaken with the affected population that, contrary to what the company and State have imposed, they wish to resume full use of its territory in compliance with current law and implementing a Territory Museum there, which could serve as a “site of consciousness”. Therefore, this paper discusses the concept of “territory museum”, a proposition that accompanies profound changes in the field of social sciences and the broadening of the heritage concept. A Territory Museum aims at community development and preservation of its material and immaterial heritage by promoting continuous community engagement, from the perspective of an ongoing increase in heritage, cultural and identity values. In this regard, the proposal of the residents to transform the territory of Bento Rodrigues into a museum, which exposes the usual mining industry operations in Brazil and its impacts, is both a form of resistance that stiffens their fight for rights, and can help in the process of community recovery after the disaster.

Keywords: Bento Rodrigues; mining; Territory Museum; site of conscience; resistance

Introdução

O presente trabalho discute a proposta de implementação de um Museu de Território em Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, município de Mariana-MG, no sentido de preservar o território frente à devastação provocada pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015. O Museu visa conservar os valores materiais e simbólicos atribuídos pelos moradores, promover o desenvolvimento local e reflexões sobre os impactos do modelo minerário predominante no Brasil.

Primeiramente o artigo irá contextualizar as transformações provocadas pelo desastre socioambiental naquele território e discorrer sobre o conceito de Museu de Território (IBRAM, 2012; VARINE, 2007). Essa concepção surgiu na década de 1970, a partir de questionamentos sobre o papel do museu, como consequência das mudanças profundas ocorridas no campo das ciências sociais. A emergência da “Nova História”, com enfoque no “cotidiano” e em suas estruturas, como paisagens, natureza, povos e seus costumes, rompeu com a história tradicional, caracterizada por uma narrativa linear, política e voltada para grandes eventos. Essa mudança refletiu-se em outras disciplinas, como na antropologia, desencadeando questionamentos em relação à visão processualista e determinista da cultura, que seria entendida como um sistema constituído por mecanismos de autorregulação, para se adaptar a mudanças e manter-se em equilíbrio, desconsiderando a agência humana. Em contraposição, as ideias advindas do pensamento pós-estruturalista suscitaram à corrente pós-processualista da antropologia a exploração das dimensões cognitivas (memória) e ideacionais (identidade) do ser humano, constituindo novas visões sobre a cultura.

Assim, a cultura passa a ser vista como um contínuo devir, escrita e re-escrita pelos sujeitos e, diante das potenciais modificações culturais, a memória adquire novo significado, como responsável por garantir a perpetuação dos significados relevantes para os grupos sociais. Isso afeta também a própria visão dos museus, como espaço que guarda essas memórias, elegidas de acordo com as relações dos sujeitos com seus bens. Nesse contexto, é pensado um novo conceito de patrimônio, que passou a englobar, além dos atributos históricos e estéticos dos bens, valores como o social, o econômico e o espiritual, enfatizando a relação entre os bens e suas comunidades, temas estes que serão discutidos em seguida.

Bento Rodrigues e o maior desastre sócio-ambiental brasileiro[2]

Bento Rodrigues era um pacato povoado que completou 306 anos em 2015, formado a partir da exploração do ouro de aluvião ao final do século XVII. Ao exaurir suas reservas auríferas no início da centúria seguinte, encontrou sua vocação rural e de entreposto comercial, servindo de pouso e abastecendo as tropas que seguiam o Caminho do Diamante, extensão da Estrada Real que ligava Diamantina ao Rio de Janeiro.

Como muitos assentamentos coevos, o vilarejo se consolidou em torno da Igreja de São Bento, ao longo dos caminhos principais e ligações de suas fazendas, que a partir do século XX foram paulatinamente adquiridas por empresas de capital aberto para a exploração de bauxita e minério de ferro. Essa nova forma de exploração mineral redesenhou a malha viária na região e, aos poucos, foi isolando o subdistrito.

Assim, Bento Rodrigues, um lugar bucólico de rica beleza cênica e com uma comunidade coesa e acolhedora, encontrou nova vocação, além da atividade rural: passou a ser reconhecido como refúgio de fim de semana[3] e turismo histórico, ecológico e rural[4], conforme relataram os atingidos durante os grupos realizados para a elaboração do seu Dossiê de Tombamento.

No entanto, a mineradora optou por construir ali uma barragem com a tecnologia mais arriscada existente, em função de custos menores[5], risco somado à pouquíssima distância de Bento Rodrigues. Como explica o geólogo Eduardo Marques, professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), o método conhecido como "alçamento a montante", no qual a barreira de contenção recebe camadas do próprio material do rejeito da mineração (também usado pela mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho) "é a forma mais comum porque é mais barata para se construir e mais rápida de se licenciar porque ocupa menos espaço da bacia hidrográfica. Mas é também a mais perigosa e com maior risco. Por isso países com características similares ao do Brasil não usam ou estão proibindo". (ODILLA, 2019).

A situação mudou no dia 05 de novembro de 2015, quando a barragem de Fundão, pertencente a Samarco Mineração S.A., contendo 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro (IBAMA[6] apud CNDH, 2017) se rompeu, dando vazão ao seu conteúdo, deflagrando o maior desastre sócio-ambiental brasileiro. Os rejeitos fizeram seu percurso de cerca 680 km, ao longo do Córrego Santarém, Rios Gualaxo do Norte, do Carmo e

Doce até atingir o Oceano Atlântico, no Espírito Santo, impactando 35 municípios mineiros e 3 capixabas (CNDH, 2017). Entre essas populações, as de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, e Gesteira, no município de Barra Longa, foram as mais afetadas, com o seu deslocamento compulsório frente à devastação de seus territórios. A biodiversidade do Rio Doce foi comprometida com a destruição de habitats provocada pelo assoreamento dos leitos de rios, soterramento de lagoas e nascentes de cursos d'água e contaminação da água pela lama de rejeitos e seus desdobramentos[7], com previsões incertas de recuperação.

De fato, esse foi considerado o maior desastre ambiental envolvendo barragens de rejeitos no Brasil (Minas Gerais, 2016), em termos do maior volume de rejeitos despejados no ambiente, entre 50 a 60 milhões de metros cúbicos, e também apresentou a maior distância percorrida pela lama, 680 km, de acordo com estudo realizado pela Bowker Associates[8] (OLIVEIRA, 2016).

Devido à ausência de sirene ou outro tipo de alerta de responsabilidade da mineradora, os moradores de Bento Rodrigues tiveram pouco tempo para salvarem suas vidas, correndo para os pontos mais altos do lugar. Assistiram suas casas, lembranças e o que fora construído ao longo de suas vidas e de seus antepassados sendo arrastados pela lama. Mais de 80% das edificações foi completamente destruída. A maior parte da população deslocada foi alojada em hotéis e pousadas, e posteriormente transferida para casas alugadas na sede de Mariana, onde ainda permanecem após quase quatro anos, aguardando o reassentamento, que será realizado em outro sítio[9].

Naquele momento, a mineradora cercou o lugarejo e passou a ter completo domínio sobre o território, controlando seu acesso e impedindo visitas dos moradores à localidade, nos primeiros meses seguintes. Nesse mesmo ano, a partir de programas do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, de responsabilidade da Fundação Renova – abrangendo duas frentes de trabalho principais, socioeconômica e socioambiental, foi estabelecida a construção do dique S3 – para a contenção de sedimentos que eram carreados de Fundão para áreas localizadas à jusante – considerada uma ação emergencial de acordo com Relatório de Impacto Ambiental Integrado do Complexo Germano, RIMA (2017). (DOSSIÊ... 2019, p.193).

Ao longo de 2016, a proposta de construção de outro dique, o S4,

gerou maior impacto e protestos dos moradores, pois ele iria ocupar grande parte das ruínas do sub-distrito e promoveria "um segundo e significativo impacto negativo na paisagem local, pois a submersão deste espaço pelo lago que seria formado pela barragem impediria a curto e médio prazos estudos sobre os danos causados nesta área pelo rompimento [...]" (LIMA, 2017). Como relatou um morador, em um dos grupos realizados durante a elaboração do Dossiê:

[...] a água tá só aumentando, já tá chegando lá muito perto da casa dele... é uma dor, uma dor, uma dor que eu sinto no coração... a gente tá vendo, dia após dia a água tá só crescendo, só aumentando, só aumentando. [...] Eles foram lá, tão fazendo aquilo, tão acionando o S4. Só que ninguém veio pra gente e falou: ô gente, nós vamos, podemos alagar seu terreno, nós vamos pagar você ou nós vamos comprar o terreno, ninguém fez, simplesmente correram atrás do governo, o governo baixou um decreto lá [...] foi aquela confusão no dia da reunião, porque a Samarco, o rapaz da Samarco veio falar que já depositou 136 mil reais na conta do governo de Minas Gerais, que o governo de Minas Gerais vai pagar pelos atingidos, pelo S4. Agora eu fui atingido pelo S3, primeiro; ninguém me falou nada. Agora tô sendo atingido pelo S4, ninguém também (veio de falar nada...) E o governo de Minas Gerais vai pagar a gente?

Apesar dos fortes protestos, somados ao posicionamento da Superintendência Regional do IPHAN de Minas Gerais, à própria publicação do ato de tombamento do núcleo de Bento Rodrigues pelo COMPAT, em 2016, e ao Ministério Público de Minas Gerais ter ajuizado Ação Civil Pública solicitando estudos para identificar outras possibilidades e medidas cabíveis, pedindo a suspensão das obras, foi autorizada a construção do Dique S4 no dia 20/09/2016, pelo Decreto 500, assinado pelo Governo de Minas Gerais, e as obras foram concluídas antes que houvesse decisão judicial contrária (CNDH, 2017, Pólen, 2017). Essa operação inundou nova parcela de Bento Rodrigues, constituída

por propriedades privadas e espaços públicos, no setor abaixo da Capela de São Bento (LIMA, 2017), submergindo também importante acervo arqueológico, antes mesmo dos proprietários terem recebido indenizações adequadas[10].

O Tombamento e o Dossiê de Bento Rodrigues

Diante do rompimento da barragem, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana, COMPAT, promoveu, através da Resolução nº 002/2016, o tombamento provisório de Bento Rodrigues, Paracatu de Cima e de Baixo como patrimônio cultural e paisagístico de Mariana (COMPAT, 2016), mas faltava um documento que justificasse tecnicamente o tombamento. Assim, a Promotoria de Patrimônio Cultural de Minas Gerais contactou o ICOMOS Brasil para realizar um estudo técnico que auxiliasse na preservação da memória, história e patrimônio daquelas comunidades.

Foram realizados estudos por uma equipe interdisciplinar do ICOMOS e do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG, contando com a participação da comunidade atingida, no intuito de entender os valores do seu patrimônio e como esta pretendia reocupar seu território. Dentre os métodos utilizados estão visitas ao sítio e estudos teóricos e comparativos com outros desastres. Já a participação ocorreu através da realização de grupos focais, grupos de trabalho e reuniões com os atingidos e com outros colaboradores[11], além da disponibilização de versões preliminares do Dossiê para os moradores, objetivando a realização de reflexões e modificações em seu conteúdo.

O processo resultou no Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, entregue ao Ministério Público em maio de 2019, visando subsidiar as ações do patrimônio nos âmbitos estadual, federal e municipal. O Dossiê descreve a história, as características socioeconômicas do subdistrito, os impactos do desastre e discorre sobre o seu patrimônio material e imaterial, incluindo a compreensão de seu valor social, de acordo com proposições da Carta de Burra (2013), que aborda os valores associativos de um lugar com sua comunidade, e seus valores históricos, culturais, simbólicos e espirituais.

Ao longo do processo participativo, foram discutidos também os usos possíveis e desejáveis do território. Nesse sentido, a equipe

entendeu que a constituição de um Museu de Território no subdistrito e naquela microrregião configura-se como opção para proteger os lugares e valores associativos fundamentais para os moradores, bem como dar voz às suas lutas e contribuir para seu desenvolvimento. Essa proposição visa o uso do local de patrimônio para, através de interpretações do bem, promover debates sobre questões socioeconômicas e culturais amplas, como os riscos advindos da instalação de atividades minerárias perto de áreas habitadas e a necessidade de mudança na estruturação econômica do Estado de Minas Gerais, que hoje se encontra totalmente dependente da mineração (CASTRIOTA et al., 2019).

Assim, a partir da tragédia, constata-se que a primeira comunidade atingida pela avalanche de lama adquiriu novo valor, se tornando um ícone do próprio evento. Consequentemente, o Dossiê sugere que Bento Rodrigues seja reconhecido como patrimônio nacional, símbolo do maior desastre ambiental brasileiro e entende que essa microrregião possa se tornar um sítio de memória sensível onde, “a violência passada deve ser lembrada e relacionada, não apenas para forjar empatia com as vítimas do passado, mas também para tornar menos provável qualquer repetição futura de tais eventos em circunstâncias comparáveis” (ASHWORTH, 2008, p.242)[12].

Esses fatos que devem ser rememorados para preservarem as memórias e favorecem aprendizados e mudanças necessárias em contextos delicados inspiraram a fundação da ONG Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência (*International Coalition of Sites of Memory*, ICSC), que diz:

sítios de memória são lugares que são investidos com significância histórica, social ou cultural referente a natureza dos eventos que ocorreram ali. Esses sítios podem ter uma significância particular devido ao seu papel em moldarem a identidade de uma comunidade ou nação. (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p. 25).

Somado a isso, nos anos 90 desenvolveu-se novo conceito de "sítios de consciência",

[...] no cruzamento da defesa dos Direitos Humanos e da conservação do patrimônio, [são] definidos como lugares que:

- Interpretam a história através de um sítio;
- Envolvem o público em programas que estimulam diálogo sobre temas sociais prementes;
- Compartilham oportunidades para envolvimento público e ação positiva sobre temas levantados no local;
- Promovem justiça e culturas universais dos Direitos Humanos (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p.14,15, *apud* CASTRIOTA et al., 2019).

Entende-se, portanto, que Bento Rodrigues é um sítio de memória, que exacerba os efeitos destrutivos do rompimento da Barragem e representa a destruição de toda a bacia do Rio Doce, tanto em nível local como nacional. Defende-se que o povoado, através especialmente da constituição de um Museu de Território, torne-se um sítio de consciência, ao proporcionar visões da conflituosa relação que envolve atividade minerária, governos e populações, estimulando discussões, críticas e novas percepções sobre esse tema tão relevante e contemporâneo. Nesse sentido, apresenta-se a seguir a evolução do conceito de museu.

1. Uma nova Museografia para acompanhar os avanços nos campos da História, Antropologia, Memória e Patrimônio

Museus são historicamente espaços nos quais a humanidade guarda seus tesouros preciosos e os bens valorizados pelas sociedades de diferentes épocas que, a partir de seus atributos e significados, são selecionados para a preservação no presente e no futuro. A percepção dos valores e bens que devem ser preservados, no entanto, mudaram ao longo do tempo.

As próprias concepções de cultura, história, arte, memória e patrimônio sofreram grandes transformações ao longo do século XX, tornando-se necessária uma revisão no formato dos museus, em seus respectivos acervos e funções, fomentando a criação de novas tipologias. Nesse período, a crise ocorrida nas ciências sociais e humanas levou ao questionamento de conceitos e paradigmas baseados no modelo racionalista herdado do Iluminismo, resultando em um processo de reinterpretção da realidade e modificando perspectivas sobre os museus e bens patrimoniais.

No âmbito da História, o movimento chamado *École des Annales* refutou a História positivista[13] como verdade absoluta, questionando fontes e mudando seu foco para a análise da historiografia. Essa ruptura permitiu novos olhares, incluindo em seu repertório as minorias, a vida privada e suas estruturas. Essa mudança refletiu-se em outras disciplinas, como na antropologia. O conceito normativo e desenvolvimentista de cultura difundido pelas correntes evolucionista e histórico-culturalista foi fortemente questionado pelos pensadores processualistas, que a explicavam como “um sistema adaptativo extrassomático que é empregado na integração de uma sociedade com seu ambiente e com outros sistemas socioculturais” (BINFORD[14], 1965, p. 205) e constituído por mecanismos de autorregulação, para adaptar-se a mudanças e manter-se em equilíbrio.

Todavia, a agência humana e seus aspectos ideacionais foram ignorados na construção dos modelos preditivos positivistas por serem consideradas inacessíveis, suscitando críticas ao seu caráter determinista. Assim, as ideias advindas do pensamento pós-estruturalista – no qual a realidade é considerada uma construção social, subjetiva e em perpétuo devir – levaram a corrente pós-processualista da antropologia a explorar as múltiplas “visões de mundo”. Essas englobam a memória, o pensamento, e os “*ethos*”, que incluem em suas análises significados simbólicos, linguagem, arte, crenças, mitos, rituais, subjetividades, motivações e aspectos identitários do ser humano, para constituir novas visões sobre a cultura, descrita por Geertz[15] como

um padrão historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, se

perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes em relação à vida. (GEERTZ, 1973, p. 89, *tradução nossa*)

Essa linha de investigação pós-processualista se contrapõe à antropologia clássica. Enquanto esta última buscava encontrar o que era comum às culturas, a essência do Homem para construção de leis gerais de funcionamento da sociedade, para Geertz (ibid), o Homem não poderia ser definido apenas por suas capacidades inatas, sua “essência”, ou por seu comportamento atual, mas pela maneira como suas potencialidades se realizam, transformando sua natureza em comportamento.

Assim, "quando vista como um conjunto de dispositivos para controlar o comportamento [...], a cultura proporciona a ligação entre o que o homem é intrinsecamente capaz de se tornar e o que ele, um a um, de fato se torna" (GEERTZ, 1973, p. 51). Tornar-se humano, então, seria constituir sua individualidade. A partir da sua natureza, usar os padrões culturais, sistemas de significação historicamente criados, para com eles dar direcionamento e forma à vida.

Geertz entendia a cultura como sendo a produção de sentido; uma inextricável teia de significados que os homens tecem em suas interações e que estrutura a ação social. A antropologia hermenêutica, da qual foi fundador, enxerga a cultura como um texto ou conjunto de textos, o qual os atores sociais leem para entender os acontecimentos. Assim, a Antropologia passa a ser considerada não mais como uma ciência empírica em busca de leis universais, mas como uma disciplina interpretativa à procura de significados, passíveis de serem questionados e renovados.

A cultura, portanto, é escrita, reescrita e transmitida continuamente aos sujeitos, pelos próprios sujeitos, através de suas interações e, é esse aspecto que confere importância à memória, responsável pela transmissão e perpetuação dos significados culturais.

O interesse crescente pelas “memórias”, de acordo com a alemã Aleida Assmann[16] (2006 *apud* URTIZBEREA 2016) justifica-se, sobretudo, pela aceleração do ritmo de vida a partir da consolidação dos fenômenos da globalização e da pós modernidade, o desaparecimento das grandes narrativas

ideológicas que vinculavam o presente dos coletivos sociais com seu passado e os projetavam ao futuro e as reivindicações dos excluídos a partir das guerras e conflitos violentos para que suas presenças sejam reconhecidas nos discursos históricos e memórias coletivas.

Para o sociólogo Halbwachs[17] (2013), uma vez que a lembrança, mesmo individual, é construída dentro do contexto social, resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais o sujeito participa e por eles é influenciado. Nessa ótica, o indivíduo compartilha dois tipos de memória, individual e coletiva, que se entrelaçam continuamente, sendo a individual um ponto de vista sobre a memória coletiva. Enquanto a memória individual carrega as histórias e experiências individuais, a memória coletiva carrega histórias e construções comuns, representando

o conjunto de acontecimentos, fatos, experiências, vivências, imagens, conceitos, noções, símbolos, significados ou categorias – incluímos também o que se denominou “marcos sociais” – que um coletivo de indivíduos compartilha, em algum grau, assim como o processo através do qual todos os constituintes deste conjunto são registrados, conservados, atualizados, transmitidos e representados (e ambos os processos) tem como consequência proporcionar uma identidade, um sentido de continuidade aos indivíduos e aos coletivos sociais (URTIZBEREA, 2016, p.13).

A “memória”, diz Roigé[18] (2016) é um processo que vem do passado, mas se vive no presente e se concretiza frequentemente nos “lugares de memória”. Na definição do historiador francês Pierre Nora[19] (1993 *apud* ROIGÉ 2016, p. 21), esses “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente (...)” onde coabitam a memória e a história. Por isso, estes espaços não apenas devem escapar do esquecimento, mas serem reconhecidos por uma coletividade e serem musealizados

para que a memória exista em algum

lugar. Ou seja, no momento em que uma tradição da memória enquanto processo experimentado e vivenciado coletivamente começa a se esvaír no tempo, é preciso criar marcos para ancorar essa nova memória (NORA, 1984, p.78).

Os museus, centros de interpretação e monumentos estruturam as memórias coletivas (ROIGÉ *apud* URTIZBERREA, 2016) e auxiliam em sua perpetuação, para que elas não sejam esquecidas. Essas memórias estão contidas ou ancoradas nos bens culturais, e seus critérios de elegibilidade também passaram por modificações. Inicialmente eram reconhecidos sobretudo patrimônios materiais cujos atributos estéticos, vinculados a um conceito de beleza pré-estabelecido os atribuía caráter excepcional, ou aqueles relacionados à narrativa histórica “oficial”. A partir da nova compreensão da cultura como catalisadora de uma identidade coletiva, o entendimento de patrimônio foi ampliado, incorporando bens dotados de outros valores, como o social, o econômico e o espiritual:

O patrimônio é o processo cultural ou o resultado daquilo que remete aos modos de produção e de negociação ligados à identidade cultural, à memória coletiva e individual e aos valores sociais e culturais (SMITH, 2006, *apud* DESVALLÉS, 2013, p 76)

A importância simbólica e o significado cultural vão se tornando cada vez mais relevantes na conservação dos bens, surgindo a categoria de patrimônio imaterial. E mesmo os bens materiais passam a ser valorizados não apenas em sua materialidade, mas também por sua dimensão intangível. Assim, recentemente, tem-se perfilhado os valores do patrimônio a partir da relação que a sociedade estabelece com os bens, ampliando-se a perspectiva dos experts ao abarcar a perspectiva da comunidade, intérprete por excelência de sua própria cultura. Como ressalta Avrami (2000), o mais importante é que os envolvidos na conservação se preocupem com as funções do patrimônio e seus usos, que são as fontes reais de seu significado e a razão de ser da conservação.

Muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas nessa perspectiva, por exemplo, na Inglaterra, pelo *English Heritage*, nos Estados Unidos, pelo *National Park Service* e na Austrália, pelo ICOMOS, incorporando efetivamente a teoria “centrada em valores” (MASON, 2008, p. 182) no planejamento e gestão da conservação patrimonial.

Um dos precursores desse entendimento, o ICOMOS Austrália, acatou os questionamentos sobre as abordagens tradicionais e promulgou a “Carta para Conservação de Lugares de Significância Cultural”, conhecida como Carta de Burra (1980, 2013), uma referência para inúmeros trabalhos. O documento modificou a visão de patrimônio ao defini-lo de maneira ampliada, incluindo no seu conceito os valores associativos na sua relação com a comunidade. A *Australian Heritage Commission* seguiu essa mesma linha de raciocínio, reconhecendo que o “significado social se constitui com a comunidade e seus valores e, devido à sua própria natureza, não se presta à análise do expert, na maneira como as avaliações dos valores históricos e arquitetônicos têm sido abordados” (JOHNSTON, 2014, p. 40), apontando para uma transformação profunda do significado de um bem.

Nesse contexto onde a história do fato pelo fato foi colocada em xeque e os conceitos de artes, cultura, memória e patrimônio foram ampliados, a Conferência do ICOM, no Rio de Janeiro em 1958, instaurou questionamentos sobre os museus tradicionais e instituiu de maneira incipiente a nova museologia, salientando sua função educativa. Estas discussões levaram a Unesco a recomendar que “os Estados-Membros tomassem todas as medidas necessárias no sentido de assegurar os meios mais eficientes para tornar o museu acessível a todos, independentemente de status econômico ou social” (MANHART, 2012, p.104). Consequentemente, a década de 1960 assistiu a um debate ideológico sobre o museu. Na década seguinte, em maio de 1972, um grupo de museólogos e outros profissionais das ciências sociais se reuniu em Santiago, Chile, para alinhar as ações museais que vinham ocorrendo em diferentes locais.

Esse grupo reconheceu que mudanças sociais, econômicas e culturais constituíam grandes desafios para os museus, às quais estes devem se adaptar para manter sua credibilidade e viabilidade. Esse grupo de especialistas foi o precursor da museologia moderna,

uma vez que entendeu logo no início o enorme potencial dos museus para servir a sociedade moderna, bem como a necessidade de promover a participação plena de toda a sociedade nos museus (MANHART, 2012, p.104).

Logo, a Declaração da Mesa Redonda de Santiago, de 1972, “evidenciou simbolicamente a implosão de valores seculares, desencadeando uma busca de novos caminhos para os processos de musealização” (BRUNO, 2010 *apud* Kaseker, 2014, p. 31) e formas de aproximar os museus das comunidades (VARINE, 2007, p. 2). Inspirados pela apresentação de Jorge Hardoy[20], o grupo adotou a proposta de um novo conceito, o “Museu Integral”, que se contrapunha aos museus tradicionais, desvinculados dos territórios e das comunidades locais. Sobre essa definição, Trampe afirma que é

[...] integral porque aborda aspectos além dos tradicionais, de modo a melhor atender às necessidades das pessoas e promover uma vitalidade cultural das sociedades às quais os museus pertencem. Para isso, seria necessário cruzar fronteiras e enfrentar resistências conservadoras. As funções técnicas [...] assumiram outro sentido e claramente já não eram suficientes para satisfazer as expectativas emergentes. Por outro lado, o museu integrado é visto como um elemento integral e orgânico de uma estrutura social e cultural maior, como um elo de uma corrente e não mais como uma fortaleza ou ilha com acesso restrito a um grupo pequeno de privilegiados. (TRAMPE, 2012, p. 113)

Em um museu tradicional, organizado a partir do gosto estético, ressalta saber científico e de interesses culturais do museólogo, são mais relevantes o conhecimento e a erudição do que outros critérios. Segundo Hugues de Varine[21], em um museu integral, o patrimônio definido pela coletividade está em permanente criação, é vivo. Seu objetivo é servir à comunidade e ao seu

desenvolvimento, e o museu pode ser melhor descrito como um processo, para adaptar-se às suas mudanças (2005, 2014). Complementarmente, Kaseker[22] verifica que a musealização territorial de um museu do século XXI propõe a substituição do “tradicional trinômio homem-objeto-museu por um trinômio mais abrangente: território-patrimônio-sociedade” (KASEKER, 2014, p.19). Nesse sentido,

[...] o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante, e que traz consigo os elementos que lhe permitem participar da formação da consciência das comunidades que atende. Por meio dessa consciência, os museus podem incentivá-las a agir, situando suas atividades em um contexto histórico para ajudar a identificar problemas contemporâneos; ou seja, ligando o passado ao presente, comprometendo-se com mudanças estruturais em curso e provocando outras mudanças dentro de suas respectivas realidades nacionais (IBRAM, 2012, p.31).

Museu de Território

2. Como Kaseker (2014) constatou, no século XX houve a proliferação de novas tipologias de instituições museológicas, espaços onde a memória e a história poderiam ser resgatadas, acessadas e preservadas. Tem-se utilizado uma nomenclatura variada para designar os novos museus como ecomuseus, museu integral, museu comunitário, de território, museu a céu aberto, entre outros, e há casos em que os gestores não denominam o processo local como um “museu”, mas se baseiam nas premissas de um Museu de Território, defendidas pelo Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), juntamente ao ICOM (Conselho Internacional de Museus).

De acordo com Varine, cada território possui ao menos dois recursos básicos: a população, que são cidadãos e atores da vida no território, e o patrimônio, capital associado às suas riquezas naturais e culturais, materiais e imateriais (VARINE, 2014, p.41). Varine (2007) ressalta que no mundo capitalista o patrimônio é um capital do povo, do território e parte da cultura. É um capital social porque pertence a toda comunidade e um capital

econômico, como riqueza coletiva, porque pode alavancar o turismo e outras iniciativas desenvolvimentistas.

Existem alguns eixos que definem um “Museu de Território”: o território, a comunidade e o patrimônio global – o seu acervo. Como ressaltado, o museu deve conectar-se às memórias individuais e coletivas de uma comunidade e/ou de várias comunidades que possuam valores complementares e às suas questões identitárias. A participação cidadã é outro eixo, refletida em um processo de apropriação e constituição do museu pela população, participe na seleção do acervo, administração dos recursos e em sua própria mobilização, ainda que possa receber apoio técnico e científico de especialistas.

Esse processo deve prever um “plano de investimento no patrimônio”, que inclui a educação patrimonial global, voltada para as escolas e para a comunidade como um todo, para que o cidadão adquira uma “consciência clara e real da sua herança”. Afinal a museologia popular “deve transmitir conhecimentos que permitam intervir na conservação, na manutenção e evolução do patrimônio”, incluindo a formação dos atores sociais (VARINE, 2007, p.5).

O desenvolvimento econômico é outro aspecto significativo do processo, pois um Museu de Território pode alavancar o desenvolvimento local de base comunitária, ao incentivar e dinamizar iniciativas locais, culturais, econômicas e socioambientais de determinado território oferecendo, por exemplo, fontes de financiamento para o fomento das iniciativas individuais, coletivas e do próprio museu (VARINE, 2005, 2007). Acima de tudo, a estruturação desse Museu pressupõe reconhecimento e reafirmação das memórias individuais e coletivas eleitas como essenciais, enquanto constitutivas do patrimônio e dignas de serem reveladas para o público. Como aponta Kaseker

[...] sem negligenciar seu caráter preservacionista, os museus passam a se desenvolver como sistemas complexos de comunicação e instrumento de mediação e, nesse percurso, possibilitam a transformação do patrimônio em herança cultural a céu aberto. Preservam e reinventam a memória como contribuição para a invenção do futuro, na medida em que o tema do patrimônio

cultural configura uma consciência coletiva de apropriação do passado pelo presente. (KASEKER, 2014, p. 70)

Um Museu de Território para Bento Rodrigues

Durante a elaboração do Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, os atingidos verbalizaram, em várias dinâmicas realizadas, seu desejo de transformar aquele sítio em “um museu a céu aberto” para alertar sobre os riscos da mineração que usam barragens de contenção de rejeitos a montante. Esse desejo se refletiu no Relatório do CNDH, que elenca medidas a fim de reparar, compensar e restituir integralmente os atingidos pelas violações de direitos humanos

Que seja construído um memorial alusivo ao desastre tecnológico e criminoso no local do antigo distrito de Bento Rodrigues, no qual a empresa e o Estado de MG estão construindo [construíram] o Dique S4, nos moldes que reivindicam os atingidos, para que as consequências do desastre não sejam esquecidas, assim como para não se repitam novos desastres como este (CNDH, 2017, p.51)

Como percebido pelos moradores, a natureza e a dimensão da tragédia não condizem com o formato de um museu memorial tradicional. Para a interpretação e compreensão do evento, percebeu-se a necessidade de um formato que extrapolasse o limite imposto por construções, sendo necessário vivenciar o território. O desejo deles pode ser expresso no significado de um sítio de consciência, e pode ser materializado através da constituição de um Museu de Território. Em um dos grupos, quando perguntados sobre como queriam utilizar o território de Bento, os moradores responderam:

- *Mandar pintar uns postes lá, né? Por umas tintas brancas lá para não sumir as marcas lá da tragédia*
- *E no mais seria colocar marcos, né? Como Bento é um caso... a lama chegou até ali, naquele ponto. Um marco ali, ó, um marco de concreto, porque as árvores vão desaparecer, alguma coisa nesse sentido, pra ver, não só nós, não só nós de Bento*

[...] mas que o mundo, outras pessoas de outros lugares, venham... Puxa vida! Isso aqui, o que que aconteceu?

- *Ver o que aconteceu com a nossa vida*
- *Isso aqui foi o que? Engenheiros*

Ganância!

- *Engenheiros que não projetaram a barragem direito... [...] você é engenheiro civil, que constrói barragem? [...] mas pra mim ser um engenheiro eu vou ter que ter muita responsabilidade, eu vejo que tem que ser uma coisa construída nessa linha.*
- *[...] vocês que vão ser engenheiros, projetistas [...] que vocês sejam responsáveis por aquilo que vocês vão construir. [...] seria até forçar que todos os engenheiros tivessem lá uma aula, pelo menos uma aula lá dentro, pra ver o que que é responsabilidade.*
- *Até mesmo eu acho que identificar, né? Porque cada um tinha a sua casa ali [...] o que nós conseguimos visualizar lá é um pedaço de coluna, desse tamanho assim, só! [...] Então, assim, eu acho que poderia colocar, como falou, marcos, né? Pra poder identificar cada casa que não está ali, demarcar tudo direitinho, onde era o que.*

As ruas, né?

- *As casas, e mesmo as que estão, identificar, quem era o proprietário, tudo, deixar ali com fotos*
- *E voltando atrás do que eu falei, colocar marcos até onde a lama chegou pra servir de exemplo pro mundo inteiro ver*

Além disso, estudos de outros espaços que haviam sofrido com grande tragédia ou desastre também apontavam como solução a proposta de um Museu de Território para Bento Rodrigues e microrregião. Um Museu de Território permite aos moradores preservarem, experienciarem seu território e manterem suas propriedades privadas, conservando assim seu forte vínculo com o lugar, ainda que estejam impedidos legalmente de

habitarem seus terrenos. O vínculo inequívoco que criaram com o lugar há várias gerações tornou-se patente poucos meses após o desastre, em 2016, quando os atingidos começaram a frequentar Bento Rodrigues, acampando em barracas improvisadas, realizando celebrações privadas e públicas, como as suas festas mais significativas, mesmo diante do fechamento do território pela empresa mineradora, com portões e guaritas ocupadas por seguranças vinte e quatro horas por dia.

Esse fato reflete parte da resistência e da luta da comunidade diante de uma série de impedimentos e perdas, demonstrando a força do grupo e o papel do patrimônio material e imaterial na constituição de suas memórias e histórias individuais e coletivas. Outra questão significativa constatada nos grupos com os bento-rodriguenses foi uma forte coesão social entre os participantes, um sentido de identidade positiva que se conectava ao território e às histórias de seus antepassados.

Além da importância que Bento Rodrigues conquistou nacional e internacionalmente como ícone dos efeitos danosos de uma matriz mineral predatória, assumindo importante papel reflexivo, o lugar é imantado de significados, contendo um rico patrimônio, capaz de contribuir para a compreensão da história da formação e consolidação do território mineiro.

Uma das premissas centrais para a constituição do Museu de Território é a participação ativa dos moradores, privilegiando suas escolhas e garantindo que eles sejam os gestores do território em questão. Dentre as propostas possíveis, considera-se que o Museu possa constituir-se por um parque, que mantenha as ruínas do vilarejo, com as marcas da passagem do mar de lama, permitindo que os visitantes percebam a dimensão do desastre. Pensou-se também na construção de um Centro de Referência, contendo uma reserva técnica, espaço para atividades de educação patrimonial, oficinas de resgate da cultura local e do resgate adequado em casos análogos, tanto da biodiversidade como do patrimônio cultural, cumprindo seu papel na propagação do conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento sócio econômico dos atingidos.

Reflexões finais

No Brasil, a atividade mineradora vem menosprezando vidas, meio ambiente, valores do patrimônio. Abrem-se minas ao lado de sítios arqueológicos importantes, desmontam-se morros e

picos que fundamentam referências geográficas, são construídas barragens acima de assentamentos humanos. Em função da dependência econômica do estado de Minas Gerais e municípios mineradores em relação à mineração, aceita-se expor a sociedade, em especial comunidades tradicionais e o meio ambiente a condições de extrema vulnerabilidade e risco.

Essa era a situação vivida pelos moradores de Bento Rodrigues e comunidades vizinhas, que ocuparam aquele território alguns séculos antes da barragem de Fundão, mas foram removidos forçadamente com a devastação provocada pela ruptura violenta da barragem.

O tombamento emergencial de Bento Rodrigues motivou a elaboração de seu Dossiê, que propõe a criação de um Museu de Território, entendendo que o lugar é um sítio de memória e pode se tornar um sítio de consciência, possibilitando análises dos processos histórico-culturais formadores de sua paisagem e fomentando uma postura crítica frente ao modelo de exploração mineral e seus impactos, incluindo sua responsabilidade pela proteção dos bens patrimoniais naturais e culturais.

O Museu, como espaço potencial para promover reflexões e debates, pode contribuir também no processo de recuperação dos moradores às perdas sofridas, incluindo-se a necessidade de receberem reparações não apenas materiais, mas imateriais. Ao mesmo tempo, ao garantir o uso do território pela comunidade, calcado na preservação dos valores materiais e imateriais associados a seu patrimônio, estar-se-á contribuindo para uma nova estruturação e ancoragem das memórias individuais e coletivas, possibilitando manter vivos seus fortes vínculos com o lugar, suas tradições e celebrações.

Ele poderá contribuir também para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da comunidade, como gestora do território, incentivando o resgate das iniciativas e potencialidades locais que já existiam ali devido à atividade turística e, acima de tudo, consolidando a função curativa do patrimônio, como refletido no desejo de uma moradora: "eu imagino um Bento que eu possa ir a hora que eu quiser, entrar e sair do jeito que eu sempre entrei a vida inteira, fazer nossas festas, tudo...".

Notas

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
2. Para o Grupo da Força-Tarefa do Estado de Minas Gerais “o rompimento da barragem de Fundão foi considerado o maior desastre ambiental do Brasil e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeito, com efeitos que serão sentidos ao longo dos anos” (CNDH, 2017, p.7) A Organização das Nações Unidas enquadrou o desastre como um evento violador dos direitos humanos (ONU apud CNDH, 2017, p.7). O Banco de Dados Internacional, *The International Disaster Database, Center for Research on the Epidemiology of Disasters – CRED*, registrou o desastre decorrente do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão como um "desastre tecnológico", reconhecido em nível mundial (NAÇÕES UNIDAS, 2017, em Dossiê... 2019).
3. O MPMG conseguiu, em negociação com a Samarco S.A., uma antecipação de indenização que considerava valores diferenciados a serem recebidos entre os moradores habituais de Bento Rodrigues e os de finais de semana (CNDH, 2017).
4. Bento Rodrigues integrava a rota histórica e turística da Estrada Real e suas trilhas estavam no percurso oficial do Iron Biker Brasil, recebendo grande quantidade de desportistas, especialmente nos finais de semana.
5. “O evento 'rompimento da barragem de Fundão' poderia ter sido plenamente evitado, tendo ocorrido somente pela falta de gestão eficiente e responsável da barragem” (Comissão Extraordinária das Barragens da ALMG apud CNDH, 2017, p.45) o que motivou a imputação de responsabilidade pelo desastre tecnológico e criminoso à empresas SAMARCO MINERAÇÃO S.A., VALE S.A., BHP BILLITON BRASIL LTDA e VOGBR RECURSOS HÍDRICOS E GEOTECNIA LTDA., esta última por apresentar laudo falso alegando a segurança da estrutura da barragem.
6. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
7. A União, o Estado de MG e o Estado de ES (ACP Processo 69758-61.2015.4.01.340) indicam esses danos, entre outros (CNDH, 2017).
8. O mesmo estudo fez análises comparativas entre ocorrências similares, constatando que apenas cinco acidentes com barragens de rejeitos excederam 10 milhões de m³ de lançamentos, até hoje, em todo o mundo. Ressalta-se ainda que a Samarco diz que o montante correto de rejeitos despejados no ambiente foi de 32 milhões de metros cúbicos (Oliveira, 2016).
9. A construção da "Nova Bento", também chamada Lavoura, foi

iniciada em 2019, sob responsabilidade da Fundação Renova. Em reunião aberta ao público com os atingidos da região, promovida pelo Ministério Público de Mariana (19/09/2019), atingidos denunciaram o ritmo lento das obras, apontando que nenhuma casa havia sido concluída até então, e alegando que não têm visto nenhum progresso construtivo no novo subdistrito ao longo dos últimos meses.

10. Sob a alegação de que a requisição administrativa de que trata o Decreto com numeração especial n.º 500, de 20 de setembro de 2016, “afeta apenas a posse dos imóveis, mas não os desapropria” e, como denunciado por alguns moradores de Bento Rodrigues, os valores foram calculados sobre terra improdutivo. Além disso, a empresa vem desobedecendo o prazo limite para descomissionamento do Dique S4, que venceu em julho de 2019 (informação verbal). (Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2019) (Reunião Pública, 19/09/2019, Mariana).

11. Dentre os colaboradores estão equipes da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, da Cáritas Mariana, da Pólen Consultoria, Patrimônio e Projetos, e seu coordenador, Prof. Kleverson Lima, que colaborou também no Capítulo Histórico do Dossiê, e o grupo de pareceristas convidados – pesquisadores e membros do ICOMOS Brasil, que avaliaram uma primeira versão do trabalho e enviaram ao grupo considerações fundamentais.

12. Gregory J. Ashworth, nascido em 1941, é professor emérito do Departamento de Planejamento Espacial e Ambiental da Universidade de Groningen, nos Países Baixos, dedicando-se à gestão do patrimônio, turismo urbano e estudos sobre cultura e identidade.

13. O positivismo foi uma corrente de pensamento surgida no séc. XIX, baseada na ideia de progresso moral e científico contínuo da humanidade. De acordo com essa teoria, seria possível medir o nível de desenvolvimento intelectual de cada sociedade pela lei dos três estados: Teológico, Metafísico e Científico. Essa linha deu origem à historiografia positivista, para a qual o progresso histórico seria aferido baseando-se nos fatos registrados.

14. Lewis R. Binford (1931 - 2011), arqueólogo norte americano, foi considerado fundador da Arqueologia Processual ou “Nova Arqueologia”, nos anos 1960.

15. Clifford J. Geertz (1926 - 2006), antropólogo e sociólogo norte americano, foi considerado fundador da vertente chamada Antropologia Hermenêutica, Simbólica ou Interpretativa.

16. Assmann é reconhecida internacionalmente por seus trabalhos sobre memória.

17. Maurice Halbwachs (1877-1945) foi sociólogo francês, doutor em ciências políticas e econômicas, destacando-se por suas

contribuições sobre a memória coletiva.

18. Xavier Roigé Ventura é antropólogo social, pesquisador e professor da Universitat na Catalunha, autor de diversos projetos museográficos.

19. Pierre Nora nasceu em Paris, 1931, e é referência entre os historiadores franceses contemporâneos, conhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a [memória](#).

20. Jorge E. Hardoy (1926 - 1993), especialista argentino da história da urbanização na América Latina, fundou o Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo (IIED) da América Latina e presidiu a *Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos*.

21. Hugues de Varine é um administrador e consultor francês nascido em 1935. Foi diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), entre 1965-1974.

22. Davidson P. Kaseker é mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo. Foi secretário municipal da Cultura e Turismo de Itapeva (SP) e é diretor do Grupo Técnico de Coordenação do SISEM-SP.

Referências

ASHWORTH, G.J., 2008. The memorialization of violence and tragedy: human trauma as heritage. In: B. Graham and P. Howard, eds. *The Ashgate research companion to heritage and identity*. Hampshire, UK: Ashgate, 231–244.

AUSTRALIA ICOMOS. *The Burra Charter. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. 2013.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

BINFORD, Lewis R. Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. *American Antiquity*, Vol 31, No. 2, Part 1 (Oct, 1965) p 203-210. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0002-7316%28196510%2931%3A2%3C203%3AASATSO%3E2.0.CO%3B2-2>. Acesso em mar. 2018.

CASTRIOTA, Leonardo Barci et al. *Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues*. Belo Horizonte: IEDS, 2019.

Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana - COMPAT. *Resolução nº 002/2016*. Mariana, COMPAT, 2016.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH. *Relatório sobre o Rompimento da Barragem de Rejeitos da Mineradora Samarco e seus Efeitos sobre a Vale do Rio Doce*. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/informacao-aocidadadao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FIN_AL_APROVADO.pdf Acesso em: 10 out. 2019.

DESVALLÉS, A.; MAIRESSE, F. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DO VALLE, Juvencio. Discurso proferido, Santiago 20 de maio 1972. In Nascimento Junior; José do Trampe, Alan; Santos, Paula Assunção dos (Org.) *Mesa redonda sobre a importância e o Desenvolvimento de os Museus no mundo contemporâneo: mesa redonda de Santiago de Chile*, 1972. Brasília: Ibram/ MinC; Programa IberMuseus, 2012. v.1.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books, 1973.

_____. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. In: FROEHLICH, J. M.; VENDRUSCOLO, R.; DULLIUS, P. R. *Território Quarta Colônia/RS - patrimônio cultural e gastronomia em foco*. 2008. Disponível em: <http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-coloquio/mesa_5/20080290.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018. Tradução Vera Ribeiro.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IBRAM, Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: *Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília: Ibram/ MinC; Programa Ibermuseos, 2012. v. 1; Disponível em <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf> Acesso em: 14 dez. 2017.

INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. *Interpretation of sites of memory*. Study commissioned by the World Heritage Centre of UNESCO and funded by the Permanent Delegation of the Republic of Korea. 2018 Disponível em: <<http://whc.unesco.org/document/165700>>. Acesso em: 10 mai 2018.

JOHNSTON, Chris. Inhabiting Place: Social Significance in Practice in Australia Author(s): *APT Bulletin*, Vol. 45, No. 2/3, SPECIAL ISSUE ON VALUES-BASED PRESERVATION (2014), p. 39-47 Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23799526>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

_____. *What is social value?* Canberra: Australian Government Publishing Service, 1992.

KASEKER, Davidson Panis. *Museu, território, desenvolvimento - diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)*. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 2014.

MANHART, Christian. Mesa-Redonda de Santiago do Chile in Nascimento Junior; José do Trampe, Alan; Santos, Paula Assunção dos (Org.) *Mesa redonda sobre a importância e o Desenvolvimento dos Museus no mundo contemporâneo: mesa redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília: Ibram/ MinC; Programa IberMuseus, 2012. v.1.

MARTINS Tamara. MARIANA, Iron Biker Brasil tem marianense no pódio. 2015. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/2788/iron-biker-brasil-tem-marianense-no-podio>> Acesso em 9 out. 2019.

MASON, Randall. Management for Cultural Landscape Preservation. Insights from Australia. In: LONGSTRETH, Richard. *Cultural Landscapes: Balancing Nature and Heritage in Preservation Practice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. p.180-196.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: Pierre NORA (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, [1984]. Vol 1 La République. p. VII a XLII.

ODILLA, F. Quais são os tipos de barragem e porque a Vale construiu a menos segura na mina Córrego do Feijão? *BBC News Brasil*, 29/01/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47048439>> Acesso em: 13 out. 2019.

OLIVEIRA, Noele. “Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragemem 100 anos” *Portal EBC*. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>> Acesso em: 02 abr. 2018.

LIMA, Kleverson. *PÓLEN: Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de Fundão*: Relatório Técnico História. 88 páginas. Lagoa Santa: 2017.

ROIGÉ, X. (2016) De monumentos de piedra a patrimonio inmaterial. Estrategias políticas, museológicas y museográficas de presentación de la memoria. In: Arrieta, I. (Ed) *Lugares de Memória Traumática*. Representaciones museográficas de conflictos políticos y armados. Bilbao: UPV/EHU Servicio Editorial, 23-47.

URTIZBEREA, Iñaki Arrieta (Ed.) *Lugares de Memoria Traumática: representaciones museográficas de conflitos políticos y armados*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2016.

VARINE, Hugues. Reflexões sobre um museu de território. *Atas do I Encontro de Museus do Douro*. Setembro 2007. <<http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

..... O museu comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM* - Ano 27, n. 41 - Museologia Social. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

..... *O museu comunitário é herético?* 2005. Disponível em: <<http://redemuseumemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/09/museu-comunitario-e-heretico-hugues-de.html>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

***Samantha de Oliveira Nery** é psicóloga, mestre MSc em Psicologia Social pela London School of Economics and Political Sciences, Diploma de Estudios Avanzados, Universidad de Barcelona e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável PPACPS, Escola de Arquitetura da UFMG. Tem trabalhado em projetos de desenvolvimento e planos diretores. Email: samnery@gmail.com

Cláudia Nunes de Lima e Andrade é arquiteta urbanista pela Escola de Arquitetura/UFMG com MBA em Gerenciamento de Projetos pela IBS/FGV; mestranda no programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPACPS. Têm experiência em planos diretores e patrimônio cultural, e é professora convidada do Curso de Pós-graduação em Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Ambiental: Preservação x Sustentabilidade da Universidade CEUMA.

Leonardo Barci Castriota é arquiteto urbanista (1986) e doutor em Filosofia (2000) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; pós-doutorado no Getty Conservation Institute (GCI), Los Angeles (2001) e na Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). É professor titular da UFMG, subcoordenador do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, PPACPS, presidente do ICOMOS Brasil e vice-presidente do ICOMOS Internacional. Tem atuação em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio. Email: leocastriota.yahoo.com.br